

A TRAJETÓRIA DA REPRESA GUARAPIRANGA COMO UM DESTINO DE VERANEIO DURANTE O PERÍODO 1930 A 1950

The Pathway of the Guarapiranga Dam as a Summer Destination from 1930 to 1950

Senia Bastos¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

RESUMO

A partir da perspectiva histórica, o presente artigo objetiva reconstituir a trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio da cidade de São Paulo durante o período 1930 a 1950. Caracterizada como uma pesquisa qualitativa, o estudo apoia-se na análise de conteúdo dos periódicos Folha da Manhã, Correio Paulistano e Jornal do Brasil, bem como de atos, leis, processos administrativos e fotografias do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo concernentes à referida temporalidade. Os resultados da análise apontam que investimentos do setor privado precederam as ações do poder público e, apesar da ação coordenada entre o governo do estado e a prefeitura da cidade de São Paulo, no sentido de definir e potencializar esse território para a recreação, a descontinuidade de ações públicas efetivas e a falta de apoio às iniciativas particulares comprometeram o sucesso dessa destinação de vocação turística a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE

História do Turismo; Recreação; Departamento de Cultura; Represa do Guarapiranga; São Paulo, SP, Brasil.

ABSTRACT

From the historical perspective, this article aims to reconstruct the pathway of the Guarapiranga dam as a summer destination in the city of Sao Paulo from 1930 to 1950. Characterized as a qualitative research, based on the content analysis of the newspapers Folha da Manhã, Correio Paulistano and Jornal do Brasil, as well as of the acts, laws, administrative processes and photographs of the Department of Culture of the City of Sao Paulo, concerning the referred period. The results showed that private sector investments preceded the actions of the government and, despite the coordinated action between the state government and the city of Sao Paulo, in the sense of defining and enhancing this territory for recreation, discontinuity

¹ **Senia Bastos** – Doutora. Docente no Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9403222681503465> E-mail: bseniab@terra.com.br

effective public actions and the lack of support for private initiatives have compromised the success of this long-term tourism destination.

KEYWORDS

History of Tourism; Tourism; Department of Culture; Guarapiranga Dam; Sao Paulo/SP, Brazil.

INTRODUÇÃO

Considerada uma construção cultural, a definição de um local como turístico apoia-se em um sistema de significados, que passam a ser reconhecidos pelos destinatários, que demonstram interesse na sua visita (Castro, 1999). Essa seleção envolve escolhas e negociações que variam de acordo com a cultura e o tempo, ou seja, pode se alterar de uma localidade a outra ou se modificar no futuro, em virtude da alteração do sistema simbólico ou de mudanças urbanísticas ali estabelecidas. A seleção e adequação de determinado território para o uso turístico é desencadeada tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, bem como de forma articulada por ambos. Localizada na cidade de São Paulo-SP, a Represa do Guarapiranga ilustra esse processo na medida em que o seu entorno foi objeto da iniciativa privada e do poder público para potencializá-lo como local de veraneio, reconstituir essa trajetória, relativa ao período 1930 a 1950, constitui o objetivo do presente artigo.

Tendo por foco o turismo e o lazer na Represa do Guarapiranga, interessa à análise a interação estabelecida entre o gabinete do prefeito e o Departamento de Cultura relativas às atribuições destinadas a organizar e estimular os divertimentos públicos, as medidas sistemáticas para o desenvolvimento do turismo, quer a veiculação da propaganda sobre São Paulo em diferentes meios, quer a promoção de eventos, bem como a instalação de restaurante de culinária brasileira. Para tanto, o foco da presente análise recai nos processos administrativos, legislação, registros fotográficos e escritos, matérias veiculadas na imprensa relacionada à concepção da represa como um destino de lazer e de turismo na cidade.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa pauta-se pela incorporação de fontes documentais diversas, tais como periódicos, processos administrativos, legislação e folhetos, mediante adoção da análise de conteúdo (Bauer & Gaskell, 2002; Bardin, 2009). Foram procurados os periódicos digitalizados disponíveis no site da Biblioteca Nacional [BN] relativos às décadas de 1930 e 1940, tendo como resultado

o Folha da Manhã, Correio Paulistano e Jornal do Brasil. Selecionados os periódicos, adotou-se a expressão Divisão de Turismo como indexador para a identificação das matérias jornalísticas. A pesquisa efetivada no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís relativa à década de 1930 centrou-se no fundo documental do Departamento de Cultura, na legislação municipal, na Revista do Arquivo Municipal e nos registros fotográficos da represa de Santo Amaro.

Adotou-se a análise de tipo categorial temática e a articulação do documento ao contexto histórico em que se inscreve, destinada a descortinar as condições da produção de sua mensagem, bem como dados gerais sobre onde foi veiculada e a autoria da narrativa (Bauer & Gaskell, 2002; Bardin, 2009; Luca, 2005; Constantino, 2002). Nesse sentido, as categorias construídas para a análise das fontes foram: divulgação do Município, eventos e receptivo turístico, todas elas decompostas em subcategorias descritas a seguir. A divulgação do município compreende folheteria e guia turístico; a categoria eventos comporta carnaval, Congresso de Língua Cantada, festejos públicos e outros; enquanto receptivo turístico contém represa e turismo. A esse procedimento seguiu-se a sistematização e cruzamento dos resultados parciais, numa tentativa de reconstruir o contexto no qual se inscrevem.

O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL

A década de 1930 foi iniciada com uma revolução que inviabilizou a posse do vitorioso candidato do pleito eleitoral de trinta e a elevação ao poder do candidato derrotado, Getúlio Vargas. Subsequentemente à dissolução do Congresso e à centralização dos poderes executivo e legislativo por Vargas, ocorreu a demissão dos governadores [exceto o de Minas Gerais] e a nomeação de interventores federais para tais funções. Marginalizada no âmbito federal, a elite política paulista manifestou-se declaradamente favorável à democracia liberal, por meio da consolidação da Frente Única Paulista [composta pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Democrático], enquanto três interventores sucederam-se na administração do Estado até a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932.

Desencadeada em razão da reivindicação de uma nova Constituição para o país, pauta do então candidato Vargas, que uma vez no governo não revelava indícios de iniciar esse processo, a convocação de eleições para composição da Assembleia Nacional Constituinte em 1933 constitui resultado pragmático dessa conflagração. Além de elaborar a nova carta constitucional promulgada em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte elegeu, pelo voto indireto, o então

chefe do executivo à presidência da República. No ano seguinteⁱ, no entanto, mecanismos de repressão e de controle social instauraram-se sob alegação da ameaça representada pelos movimentos de oposição ao governo (Fausto, 2006).

O golpe de 1937 e a instituição de uma nova carta constitucional “baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade”, possibilitou a manutenção de Vargas no poder até 1945, viabilizada pela suspensão das liberdades civis, dissolução do Parlamento, extinção dos partidos políticos e concessão de poderes excepcionais ao presidente (Pandolfi, 1999, p. 10). Esse regime ditatorial endureceu com a esquerda (ao perseguir, prender e exilar os seus representantes), atraiu para as suas fileiras os setores letrados, promoveu a associação do Estado à modernização econômica, à promoção do bem-estar social e a uma nova identidade nacional (Pandolfi, 1999; Lopes, 1999).

A definição da política de turismo inscreve-se nesse contexto político autoritário. Inscrito no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), à Divisão de Turismo competia um amplo espectro de atividades destinadas à organização, coordenação, regulação, controle e promoção do turismo no país. Subordinado ao DIP, e a sua semelhança, foram criados departamentos estaduais os DEIPs.

O CONTEXTO POLÍTICO PAULISTA E A GESTÃO DO TURISMO NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 1930

A demonstração de força política de São Paulo, ao designar representantes apoiadores da Revolução Constitucionalista de 1932 para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, despertou a atenção do governo à elite paulista e, conseqüentemente, a designação de um interventor civil paulista para governar São Paulo (Abdanur, 1992). Integrante do Partido Democráticoⁱⁱ, que apoiara o movimento que possibilitou a Vargas ascender à presidência em 1930, o interventor Armando de Sales Oliveira [8/1933 a 12/1936] defendia um poder executivo forte, valorizava as características centralizadora e repressora do governo para a preservação da ordem social, apostava no sistema educacional para revitalizar o sentido de pátria, combater o movimento comunistaⁱⁱⁱ e formar a elite paulista para manutenção da estrutura de poder vigente (Abdanur, 1992).

Armando de Sales Oliveira nomeou para a capital paulista um dos fundadores do Partido Democrático, o empresário Fábio Prado [9/1934 a 4/1938], cujo governo objetivava restituir à

cidade o prestígio político perdido em 1932. Para tanto, apostava no papel da Universidade para a superação da mentalidade política atrasada e reconstrução da nacionalidade, bem como em uma reforma administrativa para reestruturar os serviços municipais, tornando-os mais eficientes, no que contou com apoio de especialistas de diferentes áreas e de intelectuais (Abdanur, 1992; Barros & Moizo, 1991, p. 58), bem como no intercâmbio com a prefeitura do Distrito Federal, uma vez que se constata a correspondência de medidas administrativas e políticas públicas em ambas as prefeituras (Bastos, 2020).

O Departamento de Cultura [DC] passou a constar do novo organograma da prefeitura paulistana (Acto n. 861, 30/05/1936) e, seguindo o modelo federal, que contratava intelectuais para atuar nos órgãos de cultura (Oliveira, 2001), Mário de Andrade ocupou sua direção, após integrar o grupo que definiu sua concepção e escopo (Raffaini, 2001; Barbato Júnior, 2004).

Configurado com Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Bibliotecas, Divisão de Educação e de Recreios, Divisão de Documentação Histórica e Social e Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (Acto n. 1.146, 7/7/1936), seu organograma evidencia a acomodação de setores preexistentes à gestão Fábio Prado, que sofreram redimensionamento ao integrar o projeto do DC, além de inovações, das quais se evidenciam a cultura, o turismo, a recreação e a pesquisa sistemática.

A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos [DTDP] congregava a Seção de Divertimentos Públicos e a Seção de Turismo (Ato n. 1.146, 04/07/1936). Consolidar São Paulo como destino turístico, divulgar o Município, tanto interna quanto externamente, e estabelecer intercâmbios e relações institucionais colocavam-se como seus objetivos centrais. Para tanto, houve o planejamento orçamentário para a criação de cargos e desenvolvimento de atividades incorporadas ao orçamento do DC relativos a 1937 e 1938 (Lei n. 3539, 23/11/1936; Lei n. 3.664, 10/11/1937).

Responsável por diversas ações relacionadas aos festejos carnavalescos, parte significativa desse orçamento destinava-se a subvencioná-lo, ao que Mário de Andrade insurgiu-se ao evidenciar o lucro proporcionado ao comércio paulistano, em razão do incremento da visitação de turistas na cidade e apontar que o planejamento facultaria a ampliação desse benefício econômico e turístico sem, no entanto, consumir as verbas públicas. Também questionou o caráter cultural da maioria das manifestações populares reunidas nas festividades

carnavalescas, ao apontar distanciamento em relação aos valores tradicionais (Ofício n. 106, 15/10/1935, apud Calil & Penteado, 2015, p. 264).

O corpus documental revela um programa direcionado ao receptivo turístico e à divulgação da cidade. Os processos administrativos do Departamento de Cultura evidenciam a atuação da Seção de Turismo para a organização, extroversão, hospedagem de convidados dos eventos organizados pelo Departamento como, por exemplo, no Congresso da Língua Nacional Cantada, em 1937, momento inaugural de funcionamento da referida seção.

Por sua vez, o orçamento de 1938, arrola despesas relativas à divulgação do município: destina recursos para a representação e propaganda do município, filmes de propaganda, pagamento de pessoal especializado em publicidade, confecção de guias e folhetos, e serviço fotográfico (Lei n. 3.664, 10/11/1937).

A REPRESA GUARAPIRANGA

A criação da represa Guarapiranga inscreve-se no programa de geração de energia da Usina Hidroelétrica de Santana do Parnaíba, no rio Tietê. Iniciativa da The São Paulo Tramway, Light and Power Co., o grande lago inicial formou-se em 1907, com extensão de 34 quilômetros, capacidade para 200 milhões de metros cúbicos de água e o objetivo primeiro de regular a vazão de água do referido rio. Patrocinada pelos empreendedores e direcionada à imprensa paulista, a excursão dos jornalistas ao local das obras no mês de agosto daquele ano resultou na veiculação de uma matéria no jornal *A Gazeta*, que evidenciou o aspecto paisagístico e potencialidade para a diversão e pesca, a ponto de tornar-se concorrida no futuro (Araujo & Solia, 2014), aspectos relevantes para o turismo.

A dimensão e intensidade de ventos evidenciou a possibilidade da prática esportiva da vela e se associa aos ingleses Bert Greenwood e Greg Holland a primeira iniciativa de criação de clube náutico na represa, ao estabelecerem o São Paulo *Sailing Club* em 1917, cuja sede remonta a 1929, e que originará o São Paulo Yacht Club (Araujo, Solia, 2014).

O estabelecimento do hotel e do restaurante Grande Recreio da Represa, com capacidade para 400 pessoas, dos italianos Gusberti, demonstra a atração que já despertava em meados da década de 1920, por sua dimensão e características. Nesse mesmo período uma crise hídrica explicitou sua importância para o abastecimento de água potável, iniciada em 1929 (Araujo, Solia, 2014).

A potencialidade de crescimento do município de Santo Amaro foi objeto de interesse e de atuação do engenheiro britânico Louis Romero Sanson, um dos sócios fundadores da Companhia Auto-Estradas S.A.^{iv} A primeira ação registrada constitui a construção da rodovia para conectar Santo Amaro^v e São Paulo. Com piso de concreto, revestida por asfalto e cobrança de pedágio, a obra iniciada em 1928 e concluída em 1932, recebeu a denominação Autoestrada Washington Luís. No seu entorno e vizinhanças, outros projetos foram concebidos e implementados pela empresa, tais como o Aeroporto de Congonhas (1936), a Cidade Balneária de Interlagos (1937) e o Autódromo de Interlagos (1938) (Galhardo, 2010; Araujo, Solia, 2014).

Favorecido o acesso à região, em virtude da existência da linha de bondes e da autoestrada, a prática esportiva e a recreação consolidaram-se na margem direita com a ampliação da oferta de clubes ali instalados ao longo das décadas de 1930 e 1940, uma vez que os terrenos situados nas margens pertenciam a particulares, como o alemão *Deutscher Segel Club*^{vi} (1930), o Clube de Campo São Paulo (1937)^{vii} e o britânico *São Paulo Athletic Club* (1958). (Galhardo, 2010; Araujo, Solia, 2014).

A beleza paisagística, por sua vez, estimulou nomes sugestivos para os loteamentos da Riviera Paulista, Mar Azul e Mar Paulista, nos quais se instalaram residências de recreio, ao passo que a importância ambiental também deriva de sua proximidade à Serra do Mar.

A praia com cerca de um quilômetro de extensão, prevista no projeto da Cidade Balneária de Interlagos concebido pelo urbanista francês Alfred Agache, foi criada no início dos anos 1940, com areia proveniente de Santos e instalação de cabines para a comodidade e conforto dos frequentadores. Do lado oposto da avenida, no entanto, a edificação do Grande Hotel de Interlagos projetado com “14 andares, 500 apartamentos, piscinas, salões luxuosos, quadra de tênis, 40 lojas comerciais, salas de fisioterapia, cinema, um dos maiores cassinos de São Paulo e vários outros equipamentos”, pois não se efetivou o prometido apoio do governo para o financiamento da obra, o que resultou na sua paralisação, venda para a Santapaula Melhoramentos S.A. e redimensionamento como sede social do Santapaula lateclube (Galhardo, 2010, p. 86). Setor náutico foi criado na margem da represa, com uma garagem para barcos (1961), projetada por Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi.

A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REPRESA

A potencialidade da represa para a recreação foi explicitada pelo interventor federal Armando de Sales Oliveira, na exposição de motivos que justificaram a extinção do município de Santo Amaro e a sua anexação à Capital paulista no Decreto n. 6.983, de 22/02/1935. O planejamento para esse território encontra-se esboçado nesse documento: inscreve a represa no plano urbanístico da cidade de São Paulo, pontua a destinação de recursos para melhorias das estradas de rodagem de acesso ao local e a disposição para estimular “a criação de hotéis e estabelecimentos balneários que permitam o funcionamento de cassinos” (Decreto n. 6.983, de 22/02/1935).

Para facilitar o acesso do largo do Socorro à margem direita da Represa, a prefeitura aprovou um projeto de abertura de uma avenida de 26 metros de largura, o que requereu a desapropriação de terrenos, declarados de utilidade pública (Ato n. 1.139, 02/07/1936).

Pauta de uma matéria jornalística veiculada no *Jornal do Brasil* (30/06/1937), além do Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em 1937, cuja temática centrava-se no idioma, na música e discutia um padrão comum da língua cantada, outras ações projetadas pelo Departamento de Cultura também foram exploradas, bem como o interesse do prefeito Fábio Prado no desenvolvimento do turismo, para o que concorreria a criação de dois restaurantes turísticos. Inserido no Parque Anhangabaú, o primeiro localizar-se-ia no novo Viaduto do Chá, na área central da cidade, enquanto o segundo seria no lago de Santo Amaro, principal destino de veraneio da cidade. O contraponto paisagístico da proposta é sugestivo: no Parque Anhangabaú evidenciavam-se os belos arranha-céus e o urbanismo de Bouvard, enquanto na paisagem bucólica de Santo Amaro sobressaía-se a natureza, praias (Interlagos, Sete Praias, Riviera, Praia Azul, Biarritz, Eldorado e Copacabana), clubes de iatismo, passeios de barco, banho de sol e natação. Para a segunda localidade anunciava ainda outra novidade, a construção de um hotel de “primeira classe” (*Jornal do Brasil*, 30/06/1937; Folheto, s.d.).

Antecipando a veiculação da matéria, nos primeiros dias do mês de junho de 1937, terrenos situados “entre a estrada e o reservatório Guarapiranga”, destinados à construção de um parque público e um porto de embarque para lanchas de aluguel foram declarados de utilidade pública pela Prefeitura (Lei n. 3.608, 03/06/1937).

Um conjunto de registros fotográficos de Benedito Junqueira Duarte e de Waldemir Gomes de Lima, datados de 1936 expressam o interesse que a área representava para a Prefeitura. As fotografias 1 e 2 de autoria de Benedito Junqueira Duarte evidenciam diferentes embarcações

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 147-163.

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

e contextos (DC/0000608/A; DC/0000602/A), ao passo que na fotografia 3, do mesmo fotógrafo, o foco recai na sede do Yatch Club Italiano (DC/0000609/A) para, no ano seguinte, fotografar a autoestrada de Santo Amaro.

O tratamento conferido ao acontecimento registrado e o cuidado com a composição e a forma, são marcas desse fotógrafo, que foi integrado ao Departamento de Cultura e se tornou responsável por sua Seção de Iconografia, onde se encontra preservada a coleção por ele produzida de inestimável valor documental (Fernandes Júnior, 2007).

Fotografia 1. Embarcações na Represa de Santo Amaro



Fonte: Fotógrafo: Benedito Junqueira Duarte, Departamento de Cultura (1936)

Fotografia 2. Embarcações na Represa de Santo Amaro

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 14(1), 147-163.

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>



Fonte: Fotógrafo: Benedito Junqueira Duarte, Departamento de Cultura (1936)

Fotografia 3. Yatch Club Italiano



Fonte: Fotógrafo: Benedito Junqueira Duarte, Departamento de Cultura (1936)

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 147-163.

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

Além dele, nesse mesmo ano, Waldemir Gomes de Lima, também se deteve em um dos clubes ali instalados, o *Deutscher Segel Club*, do qual realizou as fotografias 4 e 5 (DC/0005312/A; DC/0005355/A)

Fotografia 4. Deutscher Segel Club



Fonte: Fotógrafo Waldemir Gomes de Lima, Departamento de Cultura (1936)

Fotografia 5. Vista do conjunto do Deutscher Segel Club



Fonte: Fotógrafo Waldemir Gomes de Lima, Departamento de Cultura (1936)

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 147-163.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

Esse conjunto estimula reflexões, pois o foco está na sede de clubes associados aos imigrantes italianos e alemães em um contexto anterior à deflagração da Segunda Guerra Mundial. Também é importante ressaltar que a Divisão de Documentação Histórica e Social do DC realizava pesquisas sobre a situação da cidade e a concentração imigrante em determinados territórios era considerada preocupante, pois as orientações emanadas do governo federal recomendavam a integração dos estrangeiros residentes: “Por meio da assimilação, era possível construir a nacionalidade desejada” (Raffaini, 2001, p. 46; Bastos, Salles & Bueno, 2014).

De autoria desconhecida, três registros da Festa Veneziana [fotografias 6 a 8] realizadas na Represa em 1937 [DC/0005561/A; DC/0005562/A; DC/0005563/A] ilustram a importância da comunidade italiana no bairro, foco do estudo de Santos (2015) relativo ao período 1886 a 1935. Notam-se embarcações peculiares, assemelhadas às gôndolas que percorrem os canais de Veneza, e a presença de participantes que acompanham esse desfile nas águas, alojados em estruturas de madeira ou acomodados nas margens, enfeitada com faixas, a uma distância segura da água [fotografia 8].

Fotografia 6. Festa Veneziana



Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 147-163.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

Fonte: Fotógrafo desconhecido, Departamento de Cultura (1936)

Fotografia 7. Festa Veneziana



Fonte: Fotógrafo desconhecido, Departamento de Cultura (1936)

Fotografia 8 - Festa Veneziana

O texto existente no verso do mapa acentua a acessibilidade dos preços das lanchas, destaca os clubes de iatismo, as velas das embarcações, a beleza da paisagem, o azul do céu e da água, os trajes dos banhistas, os bares e restaurantes, além da comodidade das instalações disponíveis. Situa os hotéis, os meios de transporte (bondes e ônibus) para lá chegar e desfrutar da despreocupação que ali imperava.

Os lagos de Santo Amaro estão cheios de velas brancas e vermelhas. São dos clubes de iatismo situados em suas margens. A paisagem é bela e as águas são azuis como o céu. Às vezes, ouve-se o ronco de um motor e uma lancha risca a água de branco. Lá nomeio, vem vindo de longe uma lancha grande, cheia de gente que passeia pela represa, a um preço acessível a todos. Sim, porque aquelas águas tranquilas não são privilégio dos que possuem um hiate ou uma lancha. O zé-povinho também se delicia com o passeio lento e bonito. Nas margens, há os que gostam do “maillot” para um banho de sol e na água bracejam os que gostam de nadar. Assim é Santo Amaro, ou melhor, assim são os arredores de Santo Amaro - Interlagos, Sete Praias, Riviera, Praia Azul, Biarritz, Eldorado, Copacabana... Na Represa Velha, que é o ponto mais próximo e, por isso, o mais popular, os bares, restaurantes e recreios estão apinhados de gente nas mezinhas que se estendem sob árvores imensas. E lá para adiante, nas praias mais elegantes, os hotéis também regorgitam, na delícia deste domingo cheio de sol. Os imensos bondes amarelos transportam multidões para Santo Amaro. Os ônibus por sua vês, também passam cheios. Pelo asfalto das duas estradas, chispam automóveis que vão, aos sábados, para um “week-end” reconfortante. Sol, ar puro, despreocupação do espírito, descanso para o corpo, encantamento para a vista. E depois, na segunda-feira, volta-se ao trabalho com uma nova disposição e redobrada energia (Folheto, s.d.).

A represa também se encontra referendada na resposta de Menotti del Picchia (25/10/1940), que respondia pela Diretoria de Propaganda e Publicidade do Governo do Estado de São Paulo ao questionário n. 11, requerida pelo Ministério da Educação e Saúde, que demandou esclarecimentos sobre as providências tomadas em prol do turismo estadual durante o período 1930 a 1940. O texto esclareceu que nenhuma medida nesse sentido fora tomada até 1936, em virtude da assertiva de que a cidade de São Paulo não despertava o interesse do turista. Pontua obras urbanísticas iniciadas na gestão precedente e ampliadas por Adhemar de Barros, alguns atrativos e acentua o bairro projetado por Agache da Cidade Balneária de Interlagos:

[...] pois insistia-se na idéia de que S. Paulo não tem nada que possa interessar ao turista[...] O Prefeito de então, deu, entretanto, inicio, na capital, a varias obras que a atual administração, posteriormente, ampliou e concluiu, ao mesmo tempo que iniciava um sem numero de outras que estão transformando a Paulicéa numa cidade moderna, ampla e com recantos de extraordinária beleza.

Assim, póde-se afirmar que somente agora, sob a administração do Estado Novo em S. Paulo, por intermerdio do sr. Adhemar de Barros, está se levando a cabo uma grande serie de iniciativas de caráter urbanístico que, dentro de pouco tempo, constituirão fascinantes atrativos para o estrangeiro e, mesmo para o turista nacional. Citamos aqui, ligeiramente, alguns desses trabalhos: [...]

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 147-163.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

CAPITAL – Quanto á cidade de S.Paulo, são inumeras e profundas as reformas feitas e por fazer, de modo que a Paulicéa está oferecendo, cada vez mais, atrativos para o turista, com o Museu do Ipiranga, Parque do Estado (Orquidario), Parque da Cantareira, Salão “Almeida Junior (a inaugurar por estes dia), além das belas vilas que estão surgindo á margem dos lagos de Santo Amaro.

O texto assinado por Menotti del Picchia desconsidera o esforço de organização do turismo da gestão Fábio Prado, por meio do projeto de criação de uma Seção de Turismo no Departamento de Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O delineamento da política de turismo no âmbito federal no Brasil se iniciou no governo de Getúlio Vargas [1930-1945]. No caso paulistano, uma Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos objetivou o incremento das atividades recreativas e turísticas. O presente artigo teve por objeto a represa Guarapiranga da cidade de São Paulo e, a partir da perspectiva histórica, objetivou reconstituir sua trajetória como destino de veraneio durante o período 1930 a 1950.

Os resultados da análise apontam para a atuação de empreendedores que estabeleceram restaurantes, hotéis e clubes de iatismo, elementos indicativos da popularização das praias situadas nas margens da Represa e, conseqüentemente, evidências de sua consolidação como destino de veraneio da cidade. Outros, buscaram o apoio do governo para projetos mais sofisticados, como o empresário Sanson. Constata-se uma ação coordenada entre o governo do estado e a prefeitura da cidade de São Paulo, no sentido de definir e potencializar esse território para a recreação e, conseqüentemente, para o lazer e o turismo.

REFERÊNCIAS

- Abdanur, E. (1992). *Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo*. O Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938). Dissertação, Mestrado em História, Universidade São Paulo, Brasil.
- Araujo, R., & Solha, M. (2014). *Guarapiranga 100 anos*. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento.
- Ato n. 1.139, 02/07/1936. (1936). Revista do Arquivo Histórico Municipal. São Paulo, Departamento de Cultura, v. 25.
- Ato n. 1.146, 04/07/1936. (1937). Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura e dá outras providências. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1936*. São Paulo.

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 147-163.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

- Ato n. 861, 30/05/1935. (1936). Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1935*. São Paulo.
- Ato n. 862, 30/05/1935. (1936). Providencia o provimento dos cargos do Departamento de Cultura e de Recreação. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1935*. São Paulo.
- Barbato Júnior, R. (2004). *Missionários de uma Utopia Nacional-Popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: 70.
- Bastos, S. R. (2020). A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 56-72.
[Link](#)
- Bastos, S., Salles, M. do R. R., & Bueno, M. S. (2014). Turismo e imigração: Por uma política de hospitalidade no Brasil entre 1937 e 1951. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 6(2), 197-216. [Link](#)
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Calil, C. A., & Penteado, F. R. (2015). *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de Cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Castro, C. (1999). *Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro*. In *Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. pp. 80-87. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Constantino, N. S. (2002). Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, 28(1), 183-194. [Link](#)
- Decreto n. 6.983, de 22/02/1935. Extingue o município de Santo Amaro, cujo território passa a fazer parte do município da Capital. Assembleia Legislativa de São Paulo. [Link](#)
- Fausto, B. (2006). *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Fernandes Júnior, R. (2007). B. J. Duarte: invenção e modernidade na fotografia documental. In: Fernandes Júnior, R., Lima, M. R. A., & Valadares, P. (org). *B. J. Duarte. Caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naif.
- Folheto turístico São Paulo. (s.d.). *A cidade que mais cresce no mundo*. s.i.
- Galhardo, A. C. S. (2010). *Formas de Morar em Interlagos: do bairro residencial ao condomínio fechado*. Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil. [Link](#)

Jornal do Brasil. Turismo e Arte. (1937). *Edição 151*, 30/06/1937.

Lei n. 3.539, 23/11/1936. (1937). Orça a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 1937. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1936*. São Paulo.

Lei n. 3.664, 10/11/1937. (1938). Orça a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 1938. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1937*. São Paulo.

Lopes, S. C. (1999). *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris.

Luca, T. R. (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. In: C. B. Pinsky, (org.). *Fontes Históricas* (pp. 111-153). São Paulo: Contexto.

Oliveira, L. L. (2001). O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: H. Bomeny, (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV.

Pandolfi, D. (1999). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV.

Paulo, H. H. J. (1987). O DIP e a juventude. Ideologia e propaganda estatal (1939-1945). *Revista Brasileira de História*, 7(14). [Link](#)

Raffaini, P. T. (2001). *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas.

NOTAS

ⁱ Em 1935 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional que estabeleceu a repressão e, no ano seguinte, medidas excepcionais para repressão aos comunistas e à esquerda foram aprovadas pelo Congresso (Paulo, 1987; Fausto, 2006).

ⁱⁱ Inicialmente o Partido Democrático integrou governo paulista numa posição inicial subalterna.

ⁱⁱⁱ Pandolfi (1999) acentua o aprimoramento dos mecanismos de repressão e de controle da sociedade sob a alegação do perigo comunista.

^{iv} Criada em 1925 em conjunto com os engenheiros Donald Derrom (canadense) e Domécio de Lacerda Pacheco e Silva, houve a alteração da denominação social dois anos depois e ampliação do conjunto de apoiadores (banqueiros e industriais).

^v O município de Santo Amaro foi incorporado à capital paulista e perdeu a autonomia administrativa em 1935 (Decreto n. 6.983, de 22/02/1935).

^{vi} Em razão das orientações políticas do contexto da Segunda Guerra Mundial, o clube sofreu um processo de nacionalização de sua diretoria, alterações no estatuto e na denominação, passando a se denominar *Yacht Club Santo Amaro*.

^{vii} No terreno adquirido funcionava o restaurante Biarritz, que preservou a função original e se tornou sede do Clube.

Bastos, S. (2022). A trajetória da represa Guarapiranga como um destino de veraneio durante o período 1930 a 1950. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 14(1), 147-163.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p163>

PROCESSO EDITORIA

Recebido: 1 DEZ 20 Aceito: 22 JUL 21